



Anais da Assembléia

Nº 96

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUILIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Berlinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duilio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zarusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1996
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhori, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selema, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Estão em votação as Atas que acabam de ser lidas.

Aprovadas.

O SR. DR. ROSINHA - Pela Ordem, Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Suspendendo a chamada nominal dos Senhores Deputados, porque há quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)
 - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência quer com muita satisfação, anunciar a presença do Deputado Federal Ricardo Gomide, candidato a vice-Prefeito na chapa do Deputado Ângelo Vanhoni do PT.

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº CTL/SEEG/154/96, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

191/96: De autoria do Deputado Valdir Rossoni que, autoriza a contratação de professores, em caráter temporário, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, para instalação de Curso de Direito em União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.246. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o nº 5008/96/GC-ASPLAN-FNS, do Senhor Fernando Alberto Freire - Gerente de Convênios da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando documentação relacionada ao Convênio nº 021/96, firmado entre a FNS e o Instituto de Saúde do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 5072/96-GC-ASPLAN-FNS, do Senhor Fernando Alberto Freire - Gerente de Convênios da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando documentação relacionada ao Convênio nº 015/96, firmando entre a FNS e o Instituto de Saúde do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Da Senhora Cláudia Maria Derviche Hey - Assessora Jurídica da Diretoria de Contas Municipais do Tribunal de Contas, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Antonio Belinati, que pede esclarecimentos sobre "se Câmara Municipal pode determinar dois jornais diários como Órgãos Oficiais do Município". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Mensagem:

MENSAGEM Nº 066/96

Curitiba, 18.06.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova um ajuste no Programa de Obras, constante do Anexo VI da Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 4.269.530,00 (quatro milhões, duzentos

e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando possibilitar a execução do Projeto 1182 - Programa de Corredores Rodoviários do Paraná - BID IV.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 24.06.96.

(a) ANIPAL KHURY

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste no Programa de Obras, constante do Anexo VI

da Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 4.269.530,00 (quatro milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V, VI, VII e VIII desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexos IX e X desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I ACRESCIMO		A N E X O I		FL. 01	
I DA DESPESA ANEXO				RS 1,00	
I	I	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DC
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI		I PROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
I 5900	I SECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I
I	I TRANSPORTES	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 5902	I GABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
I 1172	I PROGRAMA BID IV - DER	I 4311.01	I 00 I I	4.269.530	I 1060
T O T A L				4.269.530	I

I REDUCAO		A N E X O I I		FL. 01	
I DA DESPESA ANEXO				RS 1,00	
I	I	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DC
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI		I PROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
I 5900	I SECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I
I	I TRANSPORTES	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 5902	I GABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
I 1172	I PROGRAMA BID IV - DER	I 4311.01	I 01 I I	1.575.050	I 1060
I	I	I 4311.01	I 25 I I	2.694.480	I 1060
T O T A L				4.269.530	I

I ACRESCIMO I DAS OBRAS		A N E X O I X		FL. 05 RS 1,00		I	
ANEXO							
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I PROC		
6000		ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	-I	I	I		
		IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I		
6085		IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	-I	I	I		
		IDER	I	I	I		
1182		IPROGRAMA DE CORREDORES RODOVIARIOS DO	I	I	I		
		IPARANA/BID IV	I	I	I		
0037		IREABILITAR, RESTAURAR E MELHORAR	I T I	544.375	I1060I		
		ICIDADE GAUCHA - TAPIRA	I	I	I		
0038		IREABILITAR, RESTAURAR E MELHORAR	I T I	3.725.155	I1060I		
		IDOIS VIZINHOS - SAO JORGE DO OESTE	I	I	I		
T O T A L			I T I	4.269.530	I		
			I O I		OI		

I REDUCAO I DAS OBRAS		A N E X O X		FL. 05 RS 1,00		I	
ANEXO							
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I PROC		
6000		ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	-I	I	I		
		IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I		
6085		IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	-I	I	I		
		IDER	I	I	I		
1182		IPROGRAMA DE CORREDORES RODOVIARIOS DO	I	I	I		
		IPARANA/BID IV	I	I	I		
0039		IREABILITAR TRECHO SIQUEIRA CAMPOS A	I T I	1.242.600	I1060I		
		IWENCESLAU BRAZ	I	I	I		
0040		IREABILITAR O TRECHO ENTRE O	I T I	1.325.440	I1060I		
		IENTRONCAMENTO DA BR 153 A QUATIGUA	I	I	I		
0041		IREABILITAR O TRECHO DE QUATIGUA A	I T I	1.159.760	I1060I		
		ISIQUEIRA CAMPOS	I	I	I		
0042		IREABILITAR, RESTAURAR E MELHORAR O	I T I	249.610	I1060I		
		ITRECHO ENTRE O ENTRONCAMENTO BR	I	I	I		
		I277 - MORRETES - ANTONINA	I	I	I		
0043		IREABILITAR, RESTAURAR E MELHORAR O	I T I	292.120	I1060I		
		IACESSO AO MUNICIPIO DE NOVA TEBAS	I	I	I		
T O T A L			I T I	4.269.530	I		
			I O I		OI		

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pela morte do Senhor Antonio Joaquim Vieira na Cidade de Assaí, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 24.06.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e,

após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pela morte do Senhor Hidemi Yokomizo na Cidade de Assaí, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 24.06.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pela morte do Senhor Lázaro Alves de Oliveira na Cidade de Assaí, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 24.06.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

I ACRESCIMO		A N E X O I I I		FL. 02	
I DA DESPESA ANEXO				RS 1,00	
ICODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I DA DESPESA I	IL I IFTIDI I IRI	VALOR	IN.DOC I PROC ICOP
I 6000	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I
I	ITRANSPORTES - ENTIDADES	I	I I I		I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 6085	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I I I		I
I	IRODAGEM - DER	I	I I I		I
I 1182	IPROGRAMA DE CORREDORES	I	I I I		I
I	IRODOVIARIOS DO PARANA/BID IV	I 4110.00	I00 I I I	4.269.530	I1060
T O T A L I				4.269.530	I

8,5 = 21

I REDUCAO		A N E X O I V		FL. 02	
I DA DESPESA ANEXO				RS 1,00	
ICODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I DA DESPESA I	IL I IFTIDI I IRI	VALOR	IN.DOC I PROC ICOP
I 6000	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I
I	ITRANSPORTES - ENTIDADES	I	I I I		I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 6085	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I I I		I
I	IRODAGEM - DER	I	I I I		I
I 1182	IPROGRAMA DE CORREDORES	I	I I I		I
I	IRODOVIARIOS DO PARANA/BID IV	I 4110.00	I01 I I I	1.575.050	I1060
I	I	I 4110.00	I25 I I I	2.694.480	I1060
T O T A L I				4.269.530	I

I ACRESCIMO		A N E X O V		FL. 03	
I RECEITA CENI ANEXO				RS 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	I F I I	VALOR	I PROC	
I1113.02.00	IMPOTO S/OPERACOES RELATIVAS A	I 00 I	4.269.530	I1060	
I	ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE	I I		I	
I	IRANCO. INTERESSE INTERNUN. E DE	I I		I	
I	ICOMUNICACAO	I I		I	
T O T A L I				4.269.530	I

REDUÇAO		ANEXO VI		FL. 03	
RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPRO	
11721.01.01	ICOTA-PART DO FUNDO DE PARTICIPACAO	01	1.575.050	11060	
1	IDOS ESTADOS E DO DISTRITO				
1	IFEDERAL				
12211.09.00	IVENDA DE OUTRAS ACOES	25	2.694.480	11060	
TOTAL			4.269.530		

ACRESCIMO		ANEXO VII		FL. 04	
DA RECEITA ANEXO				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPRO	
	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES				
	IDENTIDADES VINCULADAS				
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM				
	IDER				
12412.49.00	IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	00	4.269.530	11060	
TOTAL			4.269.530		

7,5 = 19

REDUÇAO		ANEXO VIII		FL. 04	
DA RECEITA ANEXO				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPRO	
	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES				
	IDENTIDADES VINCULADAS				
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM				
	IDER				
12412.01.00	ICOTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO	01	1.575.050	11060	
	IDOS ESTADOS				
12412.25.09	IRECURSOS DE TRANSFERENCIAS DA VENDA DE	25	2.694.480	11060	
	OUTRAS ACOES				
TOTAL			4.269.530		

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 274/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná a Senhora Luiza Martos Mursia Fontes.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.96.

(a) JOEL COIMERA

JUSTIFICATIVA:

A justificativa ao presente projeto de lei e o currículo da homenageada serão encaminhados oportunamente ao Departamento Legislativo desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 275/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação FUNDEPAR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, a Associação FUNDEPAR, congrega os servidores do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, prestando aos seus associados serviços na parte social, esportiva, assistencial e cultural.

Isto exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI N° 276/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.96

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade em questão é sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Londrina.

A mesma tem por finalidades promover

atividades culturais, assim como o intercâmbio entre Brasil e Japão ou entre as associações filiadas, sejam estas privadas ou públicas. Outrossim promove assistências, tanto jurídica, técnica, médica, odontológica aos seus associados, entre muitas outras atividades.

Assim sendo, consideramos justa a medida aqui proposta e esperamos o devido apoio dos Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 277
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor José Richa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende render muito mais que uma homenagem a José Richa, este fluminense que adotou o Paraná e foi responsável por um dos mais importantes capítulos da nossa recente história política. Muito mais que um homem público, a trajetória de vida de Richa foi pautada de uma irrepreensível conduta ética, uma inabalável seriedade no trato da coisa pública e um profundo respeito por seus semelhantes. Dos tempos da militância estudantil, passando pelo Governo do Estado até chegar ao Senado Federal, Richa percorreu mais de 40 anos um caminho que deixa para as futuras gerações incontáveis exemplos de como a dignidade na ação pública - e particular - fazem a diferença entre o ser humano.

O pai de José Richa, Khalil Assad, veio do Líbano e foi morar em São Fidelis - estado do Rio de Janeiro - onde se casou com Joana Miguel e onde nasceram seus dois filhos: José e Jamil. Em 1939, a Família Richa mudou-se para o Paraná e se instalou no distrito de São Roque do Pinhal no município de Joaquim Távora. Nessa localidade, Khalil foi o principal líder na luta para a implantação da Escola Isolada Municipal de São Roque do Pinhal - que mais tarde recebeu o nome de Khalil Assad Richa. Foi nesta escola que José e Jamil estudaram até o terceiro ano primário. Em Londrina, última residência do patriarca, os Richa se instalaram de forma definitiva. O casamento com Arlete Richa e o nascimento de José Richa Filho, Carlos Alberto e Adriano também ocorreram na cidade, que se transformou no berço das experiências políticas, culminando com a eleição, em 72, para a prefeitura municipal.

Anteriormente, José Richa já acumulava participações expressivas no movimento estudantil. Em 56 foi Secretário e em 58 eleito presidente da União Paranaense dos Estudantes e membro do Conselho da União Nacional dos Estudantes. A presidência do Diretório Nacional da Juventude Democrática Cristã veio em 60, além da vice-Presidência do Comitê Mundial da JDC.

O primeiro mandato eletivo foi conquistado em 62 para a Câmara Federal e a reeleição 66. Com uma postura declaradamente de oposição ao regime autoritário, Richa foi um dos principais articuladores para a fundação do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB. No currículo, o aguerrido Parlamentar possuía duas passagens por cargos no Executivo paranaense: Oficial de Gabinete do Governador Ney Braga (61) e Chefe de Gabinete da Secretaria do Interior e Justiça (62).

O sucesso na administração de Londrina rendeu a Richa uma das vagas para o Senado Federal (78). Na prefeitura, realizou obras de fundamental importância para o crescimento da cidade, destacando a Via Expressa Norte-Sul e o Estádio do Café, este último construído em tempo recorde e que possibilitou a inclusão do Londrina Futebol Clube na Primeira Divisão do Campeonato Brasileiro. O passaporte para o Governo do Estado foi carimbado em 82, na primeira eleição direta patrocinada pela "Abertura Política" que o Brasil vivenciava.

Democracia participativa foi a característica principal do Governo Richa, com a comunidade discutindo suas reivindicações e definindo prioridades. As duas grandes iniciativas - que tornaram-se sinônimo de sua administração - foram o PRAM - Programa de Apoio aos Municípios - e o Clico Rural, que levou o desenvolvimento a mais de 120 mil propriedades rurais.

No setor de transporte rodoviário, o governo Richa também deixou sua marca. Foram cerca de dois mil quilômetros de estradas pavimentadas e mais mil e quinhentos quilômetros de rodovias restauradas. Para o Meio Ambiente, duas decisões foram primordiais para a garantia da preservação ambiental do Estado. A celebração de convênio com o estado de São Paulo para a conservação do Estuário Lagunar Guaraqueçaba-Iguape-Cananéia e o tombamento da Serra do Mar.

Vale destacar ainda, importantes realizações na área da Educação, onde os chefes políticos locais deixaram de nomear e demitir diretores de escolas estaduais com a implantação da eleição direta para os cargos. No período, os professores da rede estadual de ensino conquistaram um piso salarial para a categoria.

No campo político, José Richa foi um

dos principais mentores da aliança democrática que, tendo organizado a primeira reunião de governadores da oposição na cidade de Foz do Iguaçu, possibilitou a concretização de um pacto político que levou o saudoso Tancredo Neves à vitória no Colégio Eleitoral.

Terminado seu vitorioso período de governo, Richa foi guindado novamente ao Senado Federal (86), com expressiva participação na elaboração dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, sendo um dos relatores de uma das comissões temáticas - a da Organização do Estado, e coordenador do denominado "Grupo dos 32" - integrado por eminentes nomes da política nacional, entre os quais estava o atual presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o jurista Afonso Arinos, o atual Ministro do Planejamento, José Serra, a jornalista Cristina Tavares do jornal O Estado de São Paulo e o atual governador de São Paulo, Mário Covas.

Em 1988, os rumos políticos que o PMDB tomava gerou descontentamento entre aqueles que defendiam uma atitude mais coerente com a prática política, rejeitando o fisiologismo e o clientelismo. Os políticos de São Paulo, liderados por Franco Montoro, Fernando Henrique, José Serra e Mário Covas, do Paraná, tendo a frente José Richa e Euclides Scalco, e de Minas Gerais, com Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo, fundaram e organizaram o Partido da Social Democracia (PSDB), que muitos duvidavam que tornasse realidade. Os fatos políticos que se sucederam demonstraram o contrário, tendo o partido, com menos de dez anos de sua criação, eleito o presidente da República, governadores dos principais estados brasileiros e hoje, seguramente, uma das três maiores agremiações políticas da República.

A despeito de ter sido convidado pela frente de partidos políticos que levou ao Palácio Iguaçu o atual Governador Jaime Lerner, José Richa abdicou de um novo mandato no Senado, que os analistas políticos davam como certo. Por entender que o atual modelo político brasileiro - o Presidencialismo - encontra-se esgotado, Richa preferiu afastar-se da vida pública e continuar sua caminhada na luta pela implantação do regime Parlamentarista. Mesmo estando distante da vida política, seu nome ainda é constantemente lembrado para ocupar altas funções no Executivo Federal.

Do exposto, torna-se patente que o homenageado é merecedor do Título de Cidadão Honorário do Paraná e que tal fato somente faz engrandecer este Poder Outorgante.

PROJETO DE LEI N° 278/96
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Senhora Helena Kolody.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Paranaense de Cruz Machado a professora Helena Kolody é um patrimônio da arte e da cultura da nossa terra. Seus versos encantam e emocionam gerações.

Filha primogênita de Miguel e Vitória Kolody, nasceu no dia 12 de outubro de 1912. Passou a maior parte de sua infância na vila de Três Barras, região do Contestado, hoje território catarinense. Conheceu as primeiras letras no Grupo Escolar Barão de Antonina, de Rio Negro e cursou a Escola Normal Secundária no atual Instituto de Educação em Curitiba.

Nomeada professora em 1932, é no mesmo Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Rio Negro, que começa sua trilha no magistério. Daí em diante deu aulas em Ponta Grossa, Jacarezinho e, por 23 anos, no Instituto de Educação. Foi também Inspectora Federal de Ensino Secundário.

Aos 13 anos começou a escrever seus primeiros poemas, que só vieram a público em 1930, quando são publicados em jornais e revistas. Seu primeiro livro, "Paisagem Interior", foi publicado em 1941 e classificou-se em segundo lugar no concurso de poesia promovida pela Sociedade de Homens de Letras, do Rio de Janeiro. Seguiram-se muitos outros livros.

Conceder-lhe o título de Cidadã Benemerita do Paraná é o justo reconhecimento à sua imensa contribuição para nossa gente. Confiamos poder contar com o inestimável apoio dos nobres pares a esta nossa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - No Pequeno Expediente passamos a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queríamos aproveitar nesta tarde para fazer registro de uma trajetória que nós iniciamos alguns dias em Ponta Grossa, e que culminou na tarde de ontem, com a indicação do nosso nome como candidato do PSDB para a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

Ontem foi um dia de vitória. Duas vitórias. Primeiro uma no tapetão e depois outra nas pesquisas apresentanda pelo Jornal o Estado do Paraná, onde nos dá a preferência, e nós voltamos a subir na pes-

quisa em Ponta Grossa.

Primeiramente, gostaria de relatar que quando entramos no PSDB, entramos na condição de um membro do partido com a intenção clara de disputar as eleições de Ponta Grossa, mesmo porque, as pesquisas já eram favoráveis naquele período. Posteriormente a elite de Ponta Grossa, a elite preocupada com o crescimento da nossa candidatura resolveu fabricar dentro das fileiras do PSDB um candidato para bater chapa na convenção, e derrubar a nossa indicação a nível de partido. Eles estavam indo até bem, só que se esqueceram que alguns membros do seu próprio grupo haviam, num passado curto, cometido algumas coisas que nós chamamos de fraude - para os ricos - e de ladrão - para os pobres, Deputado Alborghetti - e aí aqueles que fraudaram a convenção do PSDB, ainda queriam permanecer no poder com um diretório não-legítimo e que queriam ter o poder de definir quem seria o candidato de Ponta Grossa.

Mais uma vez o PSDB seria usado como escada para continuar a elite que predomina Ponta Grossa mandando, desmandando, fazendo absurdos, como o Prefeito acaba de fazer agora, comprometer 60% do Paraná Urbano para fazer esgoto para os bois; enquanto a maioria do povo de Ponta Grossa, nos bairros não tem nem água potável. Mas, com a força de Deus e com a força popular nós conseguimos derrubar tudo isto. Descobrimos a fraude, fomos ao partido legítimo representante da verdade dentro de uma convenção e, conseguimos derrubar aquelas fraudes, aquelas irregularidades, e conseguimos conquistar o direito de uma comissão provisória, verdadeira e ligada aos princípios da social democracia. Não satisfeito com isto, os filhos do alheio tentaram no partido interpor uma medida para cancelar tudo isto. Não conseguiram. No dia seguinte, dia 17 entraram na justiça, no TRE com um mandato de segurança para cancelar a nossa comissão provisória e não ter candidato o PSDB em Ponta Grossa. Mas, lá no TRE um juiz de respeito, gabaritado, honesto acima de tudo, Dr. Carlos Mansur Arida julgou improcedente aquele mandato, e cassou aquilo que seria a traição ao povo de Ponta Grossa marcado através das pesquisas. Não havia mais jeito, porque o Tribunal não deu o mandato de segurança. Isto na sexta-feira.

No sábado, quando tudo estava pronto para a convenção de ontem, domingo às 10:00 da manhã, por volta das 17 horas do sábado, na calada da entrada da noite, como fazia o governo militar, da velha ditadura, numa espécie de ditadura militar eles conseguiram, um juiz em Ponta Grossa e uma Zona Eleitoral, conseguiram mandato para se inscrever na Convenção do PSDB. Às 5 da tarde, o presidente da provisória do

PSDB foi comunicado, em pleno velório que participava de um ente querido seu, de que estava suspensa a Convenção do PSDB e que não só iria à Convenção no outro dia e com isso acontecendo, não haveria candidato, porque não havia prazo legal para se fazer uma nova Convenção.

Lá viemos nós, para Curitiba, em companhia do Presidente da provisória, ao lado do presidente do Partido, do vice-presidente, dos demais companheiros de Ponta Grossa, junto com um grande advogado do...
(é retirado o som)

Presidente, usarei o horário do PSDB.

Junto conosco veio, provando a união e a coligação que iríamos aprovar depois, PMDB - PSDB em Ponta Grossa, advogado, Dr. Fructo do PMDB, Dr. Gustavo, Jovem, nos ajudou e acabou fazendo uma ação que demos entrada no TRE domingo pela manhã, às 8 horas da manhã. Conseguimos no Tribunal, quando faltavam 15 minutos para as 10 horas da manhã, cassamos a liminar do Juiz de Ponta Grossa. Medida de agravo. Agravamos aquilo que havia feito o juiz de Ponta Grossa e fizemos a Convenção lá em Ponta Grossa. Feita a Convenção, iniciamos a coligação dos partidos: ontem, o PSDB, o PMDB, o PSC, PMN, o PT que ainda aguardamos uma resposta nesta semana, o PDT que está dividido em Ponta Grossa e quer apoiar uma candidatura como a nossa, porque o PDT de Ponta Grossa é oriundo de um partido que sempre esteve na Oposição, haverá de nos apoiar também. Se o PDT respeitar os seus filiados, se a Convenção soberana do PSDB, Diretório Municipal, não as pressões falarem mais alto, o PDT também irá nos apoiar em Ponta Grossa, mas gostaria de relatar o que passamos nesta semana.

Uma semana difícil, uma semana de dificuldades, mais ainda acredito na Justiça. Às vezes demora mas não falha e aí está a prova de que o TRE foi justo, julgou o Agravo a 15 minutos da Convenção. Conseguimos derrubar uma medida expedida por um juiz, em 1ª Instância, quando o foro ideal para julgar era o TRE, pois há um dia atrás, o TRE havia negado um mandado de segurança, mas graças a Deus, conseguimos vencer a Convenção e vamos sair candidato e a maior vitória viria no mesmo dia, quando o jornal "O Estado do Paraná" anunciava mais uma pesquisa organizada e comandada pelo Canadá Pesquisas, que nos dava mais um aumento na popularidade e na pesquisa. Passou de 30 para 39 contra 8 do segundo colocado na pesquisa.

Já aprendi na vida e agora, aprendi na política: quanto mais maldade fizerem contra você que trabalha sério e se dedica ao povo, você sempre subirá nas pesquisas e chegará aos seus objetivos.

Portanto, nesse momento faço um agra-

decimento que eu, num passado distante, não lhe dei um voto. Não lhe pedi um voto, pelo contrário, pedi até que não votasse nele, mas nesse episódio de PSD, nesse episódio das dificuldades nossas, foi um grande companheiro nosso, foi amigo inseparável por ocasião dessa ação no TRE. Esteve até na madrugada conosco ajudando-nos a nos prepararmos. Quero registrar o apoio fundamental do ex-Governador Álvaro Dias que esteve conosco, que nos ajudou, que está conosco nesta luta.

Este agradecimento não poderia deixar de fazer àquela pessoa que nos ajudou a conquistar esta vitória dentro do PSDB e nas barras da Justiça do TRE.

Muito obrigado, Senhores Deputados, muito obrigado Senhor Presidente, e dia 3 de outubro, se Deus quiser, com a força do povo de Ponta Grossa que está cansado daquela elite predominante nós haveremos de ganhar as eleições e viremos aqui, logo depois das eleições, e no finalzinho do ano fazer o discurso de despedida dos Senhores, como Deputado.

Muito obrigado, Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Todas as Lideranças Declinaram.

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem de nº 066/96, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova um ajuste no Programa de Obras, constante do Anexo VI da Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 4.269.530,00 (quatro milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Quero cumprimentar o Deputado Eduardo Trevisan que em boa hora reconhece o valor cultural, extraordinário, de nossa poetisa maior, Helena Kolody. É a homenagem que

esta Assembléia fará a essa poetisa realmente é merecedora dos elogios de todos nós e cumprimento o Deputado Eduardo Trevisan pela feliz iniciativa que toma.

O SR. JOÃO TECHY FILHO (Pela Ordem) - Também quero me somar a este projeto, inclusive por questão de que a comunidade ucraniana tem na poetisa, Helena Kolody, o símbolo maior aqui no Paraná, e a gente quer somar também ao Deputado Eduardo Trevisan a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Também não poderia me posicionar diferente neste sentido. Acho que a Assembléia toda reconhece no ex-Governador uma pessoa realmente merecedora deste título.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência também se associa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 338/95 de autoria do Deputado Edno Guimarães que dispõe sobre a padronização de cores dos ônibus escolares no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Em votação a emenda substitutiva.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Vinte e cinco Senhores Deputados responderam a chamada.

Não há quórum para a votação, somente para prosseguimento da sessão.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/96 que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$23.037.150,00 (vinte e três milhões, trinta e sete mil, cento e cinquenta reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER visando possibilitar a execução de obras no Programa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 210/96

P A R E C E R:

O presente projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 045/96 tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 23.037.150,00 (vinte e três milhões, trinta e sete mil, cento e cinquenta reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, visando possibilitar a execução de obras no Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação.

Tendo ido o projeto a plenário, retornou com a presente emenda, proposta pelo nobre Deputado Toti Colaço. A emenda apresentada, se aprovada, dificultará a execução de obras previstas no Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação, ideia inicial da Mensagem Governamental.

Sendo assim, nosso parecer é contrário à emenda, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Apoio: Carlos Simões, José Maria Ferreira, Geraldo Cartário, Luiz Claudio Romanelli, Walmor Trentini, Basílio Zanusso, Antonio Belinati, Emerson Neroni, José Tavares, Orlando Pessuti e 1 ilegível.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/96 de autoria do Deputado Durval Amaral que determina que seja fixado em local visível nos postos de gasolina os preços cobrados pelos combustíveis e a obrigatoriedade de fornecimento de gasolina comum. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 218/96 de autoria dos Deputados Nelson Tu-reck e Orlando Pessuti que concede o Títu-lo de Cidadão Benemérito do Estado do Pa-raná, ao Senhor Artagão de Mattos Leão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 238/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 053/96 de autoria do Poder Executivo instituir na modalidade serviço social autônomo, à PARANACIDADE. COM PARE-CEP FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J., COM PARECER FAVORÁVEL. EM REGIME DE URGÊN-CIA. **Encerrada a discussão.**

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 484/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Padre Roberto Ceconello, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FA-VORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 157, de 14.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 484/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Depu-tado Algaci Túlio, tem por objetivo decla-rar de Utilidade Pública a Associação Pa-dre João Roberto Ceconello, com sede e fo-ro no Município de Curitiba - PR.

Dispõe a Lei n° 6.994/78:

"Art. 1° - As Sociedades Civis, as As-sociações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinte-ressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de Utilidade Pública, provados os seguintes requisitos:

I - que possuam personalidade jurídica há mais de um ano,

II - que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários,

III - que não remunera a qualquer tí-tulo os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonifizi-ções ou vantagens a dirigentes e mantene-dores sob nenhuma forma ou pretexto,

IV - que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, in-clusive artísticas, ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório".

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não en-

contrando óbice à sua tramitação nessa Ca-sa de Leis.

Nosso parecer, é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 509/95, de autoria do Deputado Edgar Bue-no, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 167/95, de 27.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 509/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Edgar Bueno, tem por fi-nalidade declarar de Utilidade Pública o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Procedida a análise, a matéria atende ao disposto na Lei n° 6.994, de 10 de ja-neiro de 1978, encontrando-se em condições de prosseguir sua tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso pa-recer favorável, opinando pela sua aprova-ção.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 022/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Piraí do Sul - ADEPI, com sede e foro no Município de Piraí do Sul. COM PARECER FA-VORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 04, de 27.02.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 022/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Piraí do Sul - ADEPI.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legali-dade e técnica legislativa, nada encontra-mos que pudesse impedir sua normal trami-tação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorá-vel.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 179/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual James Patrick Clark, com sede e foro em Terra Rica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 179/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual James Patrick Clark, Ensino de Primeiro Grau Supletivo e Segundo Grau, com sede e foro no Município de Terra Rica.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A APM do Colégio Estadual James Patrick Clark, Ensino de Primeiro Grau Supletivo e Segundo Grau, é uma associação civil sendo órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Terra Rica.

São objetivos da APM discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade; prestar assistência aos educandos assegurando-lhes condições de eficiência escolar; integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade; proporcionar condições ao educando, criticar e participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis; representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares; promover o entrosamento entre os pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de entidades sócio-educativa-desportivas; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios e prioridade, sendo as condições dos educandos fatos de máxima prioridade.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual

referente à declaração de Utilidade Pública.

Tendo em vista os motivos supracitados contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 179/96

P A R E C E R :

O plano de lei do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual James Patrick Clark, com sede e foro no Município de Terra Rica - PR.

A matéria atende aos aspectos da constitucionalidade e da técnica legislativa, cumprindo também todos os requisitos da Lei n° 6.994/78.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO BELINATTI - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 193/96, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação de Portadores de Fissura Lábio-Palatal - APOFILAB, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 64, de 21.05.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 193/96

P A R E C E R :

O Projeto de Lei n° 193/96 de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Portadores de Fissura Lábio-Palatal - APOFILAB, com sede e foro no Município de Cascavel.

A proposição atende a todos os requisitos da Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria. Por este motivo, o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 214/96 de autoria do Deputado Elio Lino Rusch que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Tancredo Neves, com sede e foro em Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 70, de 27.05.96.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 214/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elío Lino Rusch que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Tancredo Neves, no Município de Guaíra.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 223/96 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação ABC para assistência e divulgação técnica agropecuária. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 73, de 29.05.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 223/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães tem por objetivo celebrar convênio com a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encon-

tramos que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s. 424 a 426, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n° 338/95, e do Projeto de Lei n° 210/96.

EM VOTAÇÃO:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 122/96.

EM VOTAÇÃO:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 484 e 509/95, 022, 179, 193, 214 e 223/96.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 213, 248, 250, 251 e 198/96.

Levanta-se a sessão.